

PAINEL *Ensino* Está à porta mais um início de ano lectivo. Com a entrada de um novo Governo, muita coisa pode mudar, desde a avaliação dos professores às reformas curriculares e ao papel da escola pública e do sistema de ensino privado. O DN pediu a opinião de dois representantes de cada um dos lados, que aqui ficam

Reinventar a escola pública



ILÍDIO TRINDADE
Coordenador do Movimento de Mobilização e Unidade dos Professores

Com a crescente consciência da escassez dos recursos naturais, a Educação tem vindo ser encarada como fonte garantida na obtenção de lucro, tendo-se transformado, por isso, num campo apetecível para o crescente investimento da iniciativa privada.

Embora se sustente a existência de um espaço nesta área que possa ser deixado ao sector privado e cooperativo, continua a ser essencial o papel tutelar do Estado na garantia da educação universal e gratuita dos seus cidadãos, assegurando a igualdade no acesso e na possibilidade de sucesso. Esta ideia ganha mais acuidade se tivermos em conta a recente constatação da vulnerabilidade económica do paradigma neoliberal.

Tal como é indiscutível que qualquer pai queira a melhor formação e a escolaridade que assegure um futuro mais promissor para o seu filho, não merece discussão a existência de algumas instituições de ensino privado/cooperativo que desenvolvem um melhor trabalho do que algumas escolas públicas, e vice-versa. Mas há um aspecto que merece atenção especial: enquanto o ensino privado pode seleccionar os alunos, a escola pública tem de dar resposta e garantir o ensino a todos aqueles que, independentemente dos seus contextos socioeconómicos, das suas capacidades cognitivas e/ou emocionais, são obrigados a frequentar a escola.

É fácil seleccionar e eliminar. Difícil é assegurar igualdade de oportunidades e um ensino de qualidade para todos. É precisamente nestes pilares que urge reinventar a escola pública, dotando-a dos instrumentos e recursos necessários, de forma a que assuma a sua função primordial de factor de desenvolvimento.

Olhando esta questão inserida no actual contexto da crise financeira

económica que nos afecta, com o Estado a cortar a torto e a direito nos diversos sectores, incluindo a Educação, e grande parte das famílias a ver regredir o seu rendimento disponível, levando-a a desistir da ideia do ensino privado, verifica-se, de novo, a necessidade de uma escola pública que responda a esta demanda. Com a crescente desagregação da classe média e o aumento de famílias com recursos limitados, torna-se, assim, ainda mais urgente, em nome da justiça social, o investimento no ensino público de qualidade para todos, possibilitando uma formação adequada aos jovens e que seja encarada como um valor de promoção social e de sucesso.

Por outro lado, na arena do ensino público, tem vindo a verificar-se, sobretudo nas cidades, um fenómeno preocupante: a procura concentrada nalgumas escolas, com a consequente diminuição do número de alunos noutras e o encerramento de estabelecimentos de ensino. Embora se percebam algumas razões que levam à procura de uma escola em detrimento de outra, a resposta da rede de oferta pública nunca poderá orientar-se por processos de selecção, por parte dos estabelecimentos de ensino, baseada em critérios socioeconómicos e nas capacidades cognitivas dos alunos. Se assim for, corre-se o risco de "guetizar" o sistema público de ensino e de acentuar ainda mais a diferenciação das escolas, criando escolas de primeira e de segunda. Por isso, deve o Estado investir equitativa-

“
Corre-se o risco de 'guetizar' o sistema público de ensino”

mente no apetrechamento necessário de todas, garantindo que também todas possam assegurar iguais oportunidades e a mesma exigência e qualidade de ensino.

Em suma, não podemos pactuar com o tríplice modelo da escola privada para os ricos, a escola pública de primeira para a classe média e uma escola pública de segunda para todos aqueles que, fruto das suas limitações socioeconómicas e/ou geográficas, não têm hipótese de, livremente, poder escolher a escola para os seus filhos. Sob pena de graves injustiças sociais, com as consequências que dela poderão decorrer, o Estado terá de garantir a todos um ensino de qualidade e de exigência, tornando-o num serviço modelar e apetecível, mesmo que isso exija mais esforço financeiro, pois é este o verdadeiro investimento de e com futuro para o País e os seus cidadãos.

A crise e o ensino privado em Portugal



RODRIGO QUEIROZ E MELO
Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo

O novo ciclo político que vivemos coincide com a preparação de um ano lectivo fortemente marcado pela crise financeira que o País atravessa. Quer ao nível da capacidade do Estado para financiar as necessidades do sistema educativo quer ao nível da capacidade dos orçamentos das famílias portuguesas que têm os seus filhos em estabelecimentos de ensino privado em suportar os encargos desse ensino.

A estes dois factores – novo Governo de centro direita e escassez de recursos financeiros – juntou-se o anúncio, pelo Governo e pelos sindicatos, de que o modelo de avaliação do desempenho do ensino privado deveria ser a base de partida para a construção do modelo do ensino estatal. A conjugação destes três factores trouxe o ensino privado para centro do debate público.

Qual é então o espaço e o papel do ensino privado na sociedade portuguesa? Além de ter sido e ser escola para muitos portugueses, o ensino privado tem sabido ser fonte de inovação e de equidade. Do lado da inovação, conta-se a invenção dos directores de turma, a oferta a todos os alunos das vertentes artísticas e de língua estrangeira em momento precoce, dos currículos de dupla certificação, do ensino internacional, de pedagogias alternativas, da introdução das novas tecnologias de comunicação e informação. Do lado da equidade, contam-se as bolsas de estudo e os contratos simples (pequenos apoios do Estado para propinas atribuídos aos mais necessitados) que têm permitido a tantas crianças romper o ciclo de pobreza em que nasceram e, também, os 55 mil

alunos que todos os anos frequentam escolas privadas com contrato de associação e que, por isso, são, em termos sociais, iguais a qualquer escola estatal. A juntar a tudo isto, só frequentam o ensino privado crianças e jovens cujos encarregados de educação querem que aí estejam. Ninguém está obrigado.

A força do ensino privado é esta mistura de inovação, equidade e adesão voluntária. Todo o privado é muito bom? Certamente que não. Mas as escolas privadas que não o sejam estão condenadas a desaparecer, porque os pais as não querem. E as estatais? O que sucede numa escola estatal má (que também as haverá certamente)? Encerra? Não. Continuamos todos a pagar os ordenados de quem lá trabalha e continua o Ministério da Educação a retirar professores de apoio a crianças com necessidades educativas especiais noutras escolas porque, reiteradamente, o orçamento não chega para tudo.

Até hoje, e com raras excepções, os governos têm deixado que o espaço e o papel do ensino privado na sociedade portuguesa sejam determinados por uma

“
A força do privado está na inovação, na equidade e na adesão voluntária”

ideologia que, sendo minoritária na sociedade portuguesa, soube fazer-se impor recorrendo à mais pura demagogia: “Quem quer privado que pague.” Então e o estatal é à borla? Não rece-

bem os docentes o seu ordenado? Não pagam as escolas básicas água e electricidade? E a Parque Escolar: quem vai devolver os milhões aos credores?

A matemática é elementar: se um aluno fica mais barato no privado do que no Estado, é pior para o Orçamento do Estado que ele faça essa transição do que pagar o custo no privado, apoiando as famílias no montante de diferença em falta. Contudo, se o aluno sai do privado para a escola estatal, porque o privado não o satisfaz, deve fazê-lo; sem complexos: chama-se a isso liberdade de escolha. Um tema que interessa a toda a sociedade portuguesa, porque sem educação, sem escolha, Portugal não tem futuro.

Inovação, equidade e adesão voluntária. Qual é a dúvida?